

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretendemos realizar, uma descrição clara e resumida do estado do conhecimento na área da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. De igual modo, iremos definir os objectivos do estudo, a formulação das hipóteses da nossa investigação, bem como a estrutura do presente estudo.

1. ENQUADRAMENTO E PERTINÊNCIA DO ESTUDO

Durante os últimos anos, as sociedades tentaram reunir esforços no sentido de desenvolverem acções para a expansão da Educação, tendo como objectivo o sucesso educativo de todas as crianças e jovens, dando cumprimento ao estabelecido na “Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos”, que aponta para que *“toda a pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder beneficiar duma formação concebida para responder às suas necessidades fundamentais. Estas necessidades dizem respeito quer aos instrumentos essenciais da aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, resolução de problemas), quer aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade da existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender”* (UNESCO, 1994).

A educação inclusiva consubstancia uma das temáticas mais prementes da actualidade educativa, dizendo respeito mais ou menos directamente, a todos quantos de algum modo estão ligados ao fenómeno da educação, tendo como objectivo principal responder de forma eficaz às necessidades educativas de um número crescente de alunos com características diversas, que representam um grande desafio às escolas que os recebem.

A necessidade de estudar as atitudes dos alunos, perante a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física, surgiu a partir do momento em que um

grande número de alunos com deficiência fora integrado nas classes regulares (Nunes, 2004).

A integração de alunos com deficiência no ensino regular aumentou consideravelmente desde a regulamentação do Decreto-Lei nº319/91 e da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais na escola regular tem um enquadramento legal na legislação Portuguesa, nomeadamente no Decreto-Lei nº3/3008, de 7 de Janeiro. Este decreto define os apoios especializados a prestar na educação, visando a criação de condições para o processo educativo.

Atitudes favoráveis dos professores e alunos são consideradas factores chave para um processo de inclusão de sucesso (Conatser, Block & Lepore, 2000) constituindo por isso uma variável de grande interesse. Também segundo Block e Obrusnikova (2007), a chave para a obtenção de resultados positivos não está só por si na colocação de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas aulas regulares de Educação Física mas também na atitude do professor em promover as interacções sociais positivas e desenvolver actividades não competitivas de cooperação, favorecendo desta forma atitudes positivas dos alunos sem Necessidades Educativas Especiais.

Nas aulas de Educação Física, é consensual que a preparação dos profissionais deve centrar-se no desenvolvimento de intenções, crenças e atitudes positivas face à inclusão de alunos com deficiência (Kowalski e Rizzo, 1996). É mediante esta realidade escolar, aliada ao escasso número de estudos realizados neste domínio, que pretendemos aprofundar a temática “a atitude dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física”. A pertinência do estudo, está directamente relacionada com a escassez dos estudos realizados a nível Mundial e, nenhum no nosso país, conhecido até à data.

A realização de investigações neste âmbito pretendem contribuir para a consolidação de um processo inclusivo de sucesso, identificando os problemas e intervindo especificamente sobre os parâmetros que contribuem para atitudes menos favoráveis. Estes estudos podem constituir-se como instrumentos relevantes para o desenvolvimento de futuras intervenções nesta área, possibilitando informações importantes para que cada vez mais, a Inclusão de alunos com deficiência, seja uma realidade e, que esta se caracterize pelo sucesso que se persegue. Permite-nos ainda

conhecer, para intervir ao nível das atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, que pode revelar-se uma mais-valia, na percepção de realidades diferentes das “ditas normais”, num contexto em que todos interagem com o mesmo propósito – o sucesso educativo.

2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Terminado o enquadramento teórico e delimitação do problema do nosso estudo, definimos como objectivos geral verificar as atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. De forma mais específica, os objectivos convencionados centram-se em verificar se houve alteração após uma intervenção de natureza inclusiva nas atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física; verificar se os alunos que têm amigos ou familiares com deficiência, não apresentam diferenças entre o pré e o pós teste; verificar se as alunas têm uma atitude mais favorável que os alunos; verificar se os mais competitivos são menos favoráveis à inclusão de alunos com deficiência, assim como à alteração de regras e verificar se os alunos que têm na família, na turma ou na aula um colega com deficiência são mais favoráveis à inclusão.

3. DEFINIÇÃO DE HIPÓTESES

No sentido de atingir os objectivos referidos, formulámos algumas hipóteses para a investigação. A proposta de Almeida & Freire (2003), para definir hipótese é a seguinte: “por hipótese entende-se, pois, a explicação ou solução mais plausível de um problema”. As hipóteses devem ser testáveis, relevantes e justificáveis, assim as hipóteses a investigar no decurso do presente estudo, encontram a sua fundamentação de acordo com os estudos já efectuados nesta área realizados noutros países:

H₁: As alunas têm uma atitude mais favorável à inclusão de alunos com deficiência do que os alunos.

H₂: As alunas têm uma atitude específica face à educação física mais favorável à inclusão de alunos com deficiência do que os alunos.

H₃: As alunas têm uma atitude face à alteração de regras mais favorável à inclusão de alunos com deficiência do que os alunos.

H₄: Os alunos que têm familiares ou amigos com deficiência, têm atitudes mais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência.

H₅: Os alunos que têm familiares ou amigos com deficiência, têm atitudes mais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

H₆: Os alunos que têm familiares ou amigos com deficiência, têm atitudes mais favoráveis face à alteração de regras.

H₇: Os alunos que têm na turma colegas com deficiência, têm atitudes mais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência.

H₈: Os alunos que têm na turma colegas com deficiência, têm atitudes mais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

H₉: Os alunos que têm na turma colegas com deficiência, têm atitudes mais favoráveis face à alteração de regras.

H₁₀: Os alunos que têm colegas com deficiência nas aulas de EF têm atitudes mais favoráveis à inclusão.

H₁₁: Os alunos que têm colegas com deficiência nas aulas de EF têm atitudes mais favoráveis à inclusão nas aulas de EF.

H₁₂: Os alunos que têm colegas com deficiência nas aulas de EF têm atitudes mais favoráveis face à alteração de regras.

H₁₃: Os alunos mais competitivos são menos favoráveis à inclusão de alunos com deficiência do que os menos competitivos.

H₁₄: Os alunos mais competitivos, são menos favoráveis à inclusão na educação física, de alunos com deficiência do que os menos competitivos.

H₁₅: Os alunos mais competitivos são menos favoráveis à alteração de regras, quando há alunos com deficiência.

H₁₆: As atitudes no pós teste são superiores às do pré teste, relativamente à atitude total.

H₁₇: As atitudes no pós teste são superiores às do pré teste, relativamente à atitude específica face à EF.

H₁₈: As atitudes no pós teste são superiores às do pré teste, relativamente à atitude face à alteração de regras.

4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Concluída a apresentação dos objectivos do estudo, das variáveis e da formulação das hipóteses enumeramos, de seguida, os sete capítulos estruturantes do nosso trabalho.

O Capítulo I, faz referência à introdução, onde é realizada uma breve contextualização e apresentação do estudo, bem como objectivos e hipóteses consideradas na investigação.

No Capítulo II, é realizada a Revisão da literatura, em que é feita uma análise dos estudos já realizados, como suporte base teórico e onde são retratados os temas em questão. Este capítulo divide-se em 6 partes fundamentais. Na primeira são abordadas as perspectivas sobre o conceito de deficiência, enquanto que na segunda parte, é feita uma resenha histórica da evolução cronológica dos programas para pessoas com deficiência. Na terceira parte faz-se referência à inclusão e às diferenças entre escola inclusiva e de

integração. Na quarta e quinta parte deste capítulo, são abordadas as perspectivas e conceitos de atitude e as teorias de comportamento respectivamente. Na última parte deste capítulo, faz-se referência a estudos já realizados sobre esta temática.

No Capítulo III encontra-se a metodologia, onde é realizado o enquadramento metodológico do estudo, em que são expostos todos os métodos e procedimentos usados na realização do estudo, bem como são referidos os aspectos ligados à selecção da amostra e respectiva caracterização. Identificando-se também, os instrumentos de avaliação, os procedimentos de análise e tratamento de dados e a definição de variáveis independentes e dependentes.

O Capítulo IV apresenta os resultados, através das análises descritivas, inferenciais e correlacionais das variáveis do estudo.

No Capítulo V realiza-se a discussão dos Resultados, onde serão confrontados os resultados obtidos no nosso estudo com outros previamente referenciados na revisão da literatura.

O Capítulo VI sintetiza as principais conclusões obtidas, identificando também algumas limitações na concretização deste e são apresentadas recomendações para futuras investigações na área do nosso estudo.

Por último, o Capítulo VII apresenta todas as referências bibliográficas consultadas para a elaboração desta investigação.